

#103

SEU
DINHEIRO

A SUA REVISTA DE FINANÇAS PESSOAIS

247

Saiba qual é a melhor opção na hora de comprar um automóvel

CONSÓRCIO OU FINANCIAMENTO?

POUPANÇA COM GANHO REAL
INVESTIMENTO VOLTA A SUPERAR A INFLAÇÃO

CHEQUE ESPECIAL? MELHOR FUGIR
CUSTO PARA O TOMADOR SUPERA 150% AO ANO

PEQUENOS CADA VEZ MAIS FORTES
SOBREVIVÊNCIA DAS PEQUENAS EMPRESAS CHEGA A 76%

JOVENS BANCARIZADOS
CRESCER O NÚMERO DE JOVENS COM CONTA BANCÁRIA E CARTÃO DE CRÉDITO

OFERECIMENTO:
CAIXA
SEGUROS

Automóvel

DÚVIDA CRUEL

Consórcio ou financiamento? Saiba qual a melhor opção na hora de comprar seu automóvel



*Da redação do
Mulheres em Ação*

Dizem por aí que os brasileiros são apaixonados por carro. Mas o que será que pesa mais na escolha? O status, a independência ou o bolso? Na hora de financiar o seu automóvel, alguns cuidados são essenciais para que o sonho não se torne um pesadelo.

Com a flexibilização do crédito, muitos brasileiros conseguiram realizar o sonho de ter um carro. Uma pesquisa mostrou que 56% da frota de automóveis brasileiros eram financiados e, em 40% dos casos, o crédito foi feito por meio de crédito direto ao consumidor (CDC) e consórcio.

Os tipos mais comuns de financiamento de veículos são o Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e o leasing. Mas, se não dá para pagar à vista, como decidir entre estes e consórcio?

Para começar, é preciso en-

56%
dos carros
brasileiros
são financiados



tender a diferença entre eles. A primeira diferença entre o financiamento e o consórcio é o prazo de recebimento do veículo. No caso do consórcio, o recebimento depende de sorteio, ou de um lance que você faz como se fosse um leilão. Nesse caso é possível que a pessoa receba o carro no primeiro mês – ou só no final do consórcio - que dura, em média, entre 36 e 60 meses. Portanto o consórcio é uma alternativa para quem não tem pressa.

O consórcio não cobra juros, mas tem custos financeiros e reajustes. Nos consórcios, em geral, paga-se uma taxa de entrada, a qual pode ser amortizada com as prestações que variam de 1 a 1,5% do valor do bem. Outro custo é a taxa de administração, a qual gira em torno de 15% do valor do bem e que pode ser diluída com as prestações. E por fim, paga-se um valor que é um fundo de reserva, o qual fica em torno de 2% do valor do bem, que também pode ser dividido e pago com as prestações.

Já o financiamento por meio de leasing tem o prazo mínimo de financiamento de 24 meses, e o CDC, começa com 3 e vai até 60 meses. O leasing, contratualmente falando, é como se fosse um aluguel. Em geral, quando você adquire um veículo por leasing, ele não fica em seu nome, e sim no nome da administradora com quem você fez o financiamento - somente quando você quita todas as prestações é que o bem é transferido para seu nome. Já para quem opta pelo CDC, o veículo já sai no próprio nome, mas com uma observação de alienação à financeira. Uma vantagem que o

leasing tem sobre o CDC é que ele é livre da cobrança de IOF, o que torna o valor final um pouco mais baixo. Mas, em compensação, para aqueles que fazem o financiamento e pretendem antecipar o pagamento das parcelas de trás para frente, o CDC é a melhor escolha, pois no leasing essa opção não é possível - você deve arcar com as parcelas mês a mês, sem a opção de quitar a dívida antes do prazo acordado.

Na hora de comprar seu carro ou moto, analise qual tipo de financiamento atende suas necessidades, seus objetivos e que caiba em seu bolso. É importante lembrar que, para aqueles que não têm pressa em pegar o automóvel, vale a pena poupar e pagar à vista, negociando um desconto no valor do bem.

40%
das vendas
ocorrem
por CDC ou
consórcio



POUPANÇA COM GANHO REAL

*Aplicação passa a render mais que inflação
após alta da taxa Selic*



Wellton Máximo
Repórter da Agência Brasil

A elevação da taxa Selic (juros básicos da economia) para 8,5% ao ano beneficiou a poupança. Por causa da fórmula em vigor desde o ano passado, que atrelou a remuneração da caderneta aos juros básicos, o rendimento da aplicação subiu de 5,6% para mais de 6% ao ano, fazendo a poupança render mais que a inflação estimada para 2013.

O cálculo considera não apenas os juros básicos, mas também a taxa referencial (TR), que volta a incidir sobre os rendimentos quando a taxa Selic fica maior que 8% ao ano. A TR é variável e depende das expectativas do mercado, mas, segundo cálculos da própria equipe econômica, o rendimento final poderia ficar em até 6,17% ao ano. Sem a TR, o rendimento final da poupança corresponderia a 5,95% por ano.

Pela regra em vigor, quan-

6%
ao ano será o
ganho real da
poupança,
acima da
inflação
estimada
para 2013



do a taxa Selic está maior que 8,5% ao ano, a poupança rende 0,5% ao mês (6,17% ao ano) mais a TR. Quando os juros básicos da economia estão iguais ou inferiores a 8,5% ao ano, a caderneta rende 70% da taxa Selic mais a TR.

A fórmula só vale para o dinheiro depositado na poupança a partir de 4 de maio de 2012. Para os depósitos anteriores, o rendimento segue a regra antiga, de 0,5% ao mês mais a TR. Os demais direitos de quem aplica na caderneta foram mantidos, como a isenção de taxa de administração e de impostos.

De acordo com o boletim Focus, pesquisa com instituições financeiras divulgada toda semana pelo Banco Central, a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deverá fechar o ano em 5,81%. No Relatório de Inflação, divulgado no fim de junho, o próprio Banco Central elevou de 5,7% para 6% a projeção para o IPCA em 2013. Nos dois casos, a poupança renderá mais que o índice de preços.



CHEQUE ESPECIAL? MELHOR FUGIR

*Dinheiro emergencial fica mais caro com
correção média anual acima de 150%*



Cheque especial

Marli Moreira
Repórter da Agência Brasil

A taxa de juros cobrada pelos principais bancos do país sobre o uso do cheque especial subiu 0,02 ponto percentual na média, com variação mensal de 7,95% e de 150,46% no ano, diz pesquisa da Fundação Procon de São Paulo, órgão vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

O levantamento, feito no dia 2 deste mês, indica os percentuais aplicados por sete instituições financeiras. O Santander registrou a maior taxa, 9,95% ao mês, seguido pelo HSBC, com 9,82%, Bradesco, com 8,82%, o Itaú, com 8,75%, o Safra, com 8,25%, o Banco do Brasil, com 5,8%, e a Caixa Econômica Federal, com 4,27%.

No caso do empréstimo pessoal, houve acréscimo de 0,01 ponto percentual, com a taxa mensal subindo de 5,22% para 5,23%. No

9,95% a.m.
é a taxa mais alta, cobrada pelo Santander

ano, o valor a ser pago chega à média de 84,39%. A alta, no entanto, foi influenciada pelo Banco do Brasil, única instituição que aumentou a taxa, no período, de 4,27% para 4,32%.

O custo mais elevado foi constatado no Bradesco, com correção mensal de 6,19%. Na lista de bancos, o Itaú tem a segunda maior taxa de juros, 6,02%. Em seguida, vieram o Santander, com taxa de 5,91%, o HSBC, com 5,77%, o Safra, com 4,9%, o Banco do Brasil, com 4,32%, e a Caixa Econômica Federal, com 3,51%.

4,27% a.m.
é a mais baixa, cobrada pela Caixa Econômica Federal



A FORÇA DOS PEQUENOS

Sobrevivência das pequenas e microempresas nos dois primeiros anos chega a 76%



Flávia Albuquerque
Repórter da Agência Brasil

O índice de pequenas e microempresas criadas no Brasil que sobrevivem aos primeiros dois anos de existência é 75,6%, de acordo com o estudo Sobrevivência das Empresas feito pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). De acordo com os dados divulgados hoje (10), todos os setores analisados aparecem com sobrevivência acima de 70%. As indústrias são as empresas com mais sucesso nos primeiros dois anos, com 79,9% ativas. Depois vem o comércio com 77,7%, a construção civil, com 72,5% e os serviços, com 72,2%.

Para fazer o censo, o Sebrae avaliou as bases cadastrais da Receita Federal entre os anos de 2007 e 2010, abrangendo um universo de 500 mil empresas por ano. A região com maior taxa de sobrevivência é a Sudeste, com 78,2%. Em seguida

78,2%
é a taxa de sobrevivência na região Sudeste

aparecem o Sul (75,3%), Centro-Oeste (74%), Nordeste (71,3%) e Norte (68,9%).

De acordo com o Sebrae, as pequenas e microempresas constituem 99% do total de empresas no país, concentrando 52% do saldo de empregos formais e 40% da massa salarial. Esse conjunto de empresas é responsável por 25% do PIB do país e por 70% das novas vagas geradas mensalmente. As micro e pequenas empresas contribuem ainda com 1% das exportações.

Segundo o presidente do Sebrae, Luiz Barreto, os primeiros dois anos são os mais difíceis de serem ultrapassados pelas empresas e continuar no mercado depois desse período indica grandes chances de permanência. Barreto destacou ainda que é necessário estar atento ao mercado, pois de cada dez empresas abertas, sete são oportunidades e apenas três por necessidade.

“O Brasil passou daquela fase na qual as pessoas passavam a ser empreendedoras por falta de alternativa no mercado de trabalho. Hoje não é mais assim. Isso é um dos aspectos que justifica esse índice de sobrevivência maior. Há mais gente entrando no mercado, gente mais preparada que pensa mais antes. E há ainda um grande mercado interno consumidor, do qual essas empresas são dependentes em quase 100%”.

Quando comparado a outros países analisados no estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com 15 países,

68,9% é a taxa de sobrevivência no Norte do País

o Brasil supera países como o Canadá (74%), Áustria (71%), Espanha (69%), Itália (68%), Portugal (51%) e Holanda (50%). Fica atrás apenas da Eslovênia, que tem taxa de sobrevivência das empresas nos primeiros dois anos de 78%.

“O Brasil está muito bem colocado. Sempre há um índice de mortalidade [de empresas] nesse sistema de capitalismo em que vivemos. O Brasil está em um patamar compatível com sua economia e sua emergência no cenário internacional”, disse Barreto.

O presidente do Sebrae ressaltou que para que um negócio seja próspero é preciso identificar uma oportunidade, um diferencial, ter afinidade com a atividade, gostar do segmento. “É muito difícil trabalhar em uma área com a qual não se tem nenhuma relação. Às vezes você tem uma ideia, mas não colo-

ca ela em pé”. Segundo Barreto, é preciso estudar a viabilidade do projeto financeiramente, além do mercado onde se pretende colocar o negócio, aliando a isso a capacidade de correr riscos.



JOVENS BANCARIZADOS

*Cresce número de jovens com conta bancária
e cartão de crédito, segundo pesquisa*



Vitor Abdala
Repórter da Agência Brasil

Pesquisa nacional da Federação do Comércio do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ) mostra que 41% dos jovens de 16 a 24 anos possuem conta bancária. Em 2008, essa proporção era de 26% de acordo com a Fecomércio. A pesquisa foi feita em parceria com o instituto de pesquisa Ipsos, que entrevistou 1 mil pessoas em 70 cidades.

De acordo com o levantamento, o percentual de jovens brasileiros que pagam alguma compra parcelada subiu de 26%, em 2008, para 31%, em 2013. Também cresceu, ainda que em ritmo menor, o uso do cartão de crédito, de 22% para 24% no período. Outro dado indicado na pesquisa é o acesso à internet. Segundo o instituto Ipsos, os brasileiros que utilizam a internet passou de 58% para 74%, no mesmo período.

41%
dos jovens de
16 a 24 anos
possuem conta
bancária

De acordo com a Fecomércio-RJ, a inserção do jovem no mercado de consumo e de crédito é resultado do aquecimento das contratações com carteira assinada e de avanços educacionais.

